

MINISTÉRIO DA GESTÃO  
E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS



ARQUIVO NACIONAL

# PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

ARQUIVO NACIONAL 2024-2025



Rio de Janeiro – RJ

2024

## Arquivo Nacional

### **Direção-Geral**

Ana Flávia Magalhães Pinto

### **Direção-Geral Adjunta**

Gecilda Esteves Silva

### **Diretoria de Gestão Interna**

Márcio André Médici Machado (substituto)

### **Comitê Gestor**

Cristiano Cabral de Oliveira

Douglas Machado Côrtes

Joelson da Silva

Luiz Fernando de Souza Barreto Ramos Ferreira

Maximiliano Martins de Faria

Raquel dos Santos Ribeiro

Sidnei Silva Lopes Junior

**Histórico de versões**

<b>DATA</b>	<b>VERSÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
21/02/2024	1.0	Versão original
11/03/2024	1.1	Revisão de parâmetros iniciais

## Sumário

APRESENTAÇÃO.....	6
INTRODUÇÃO .....	10
DIRETRIZES ESTRATÉGICAS .....	11
METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO.....	14
METODOLOGIA DE AFERIÇÃO DOS CUSTOS INDIRETOS .....	15
DIAGNÓSTICO ATUAL .....	16
PLANO DE AÇÕES E METAS POR EIXO TEMÁTICO.....	21
IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO .....	25
CONCLUSÃO .....	27
REFERÊNCIAS.....	28





O Arquivo Nacional, enquanto guardião do patrimônio arquivístico do País, tem a responsabilidade não apenas de preservar e dar acesso a documentos públicos, mas também de atuar de forma sustentável. O Plano de Logística Sustentável (PLS) é a chave para atingirmos esse objetivo e sua implementação efetiva é essencial para o alcance das metas estabelecidas.

Nossa missão vai além da preservação de documentos; envolve a preservação do meio ambiente para as gerações futuras. Ao implementarmos as ações do PLS de maneira diligente, não apenas alcançaremos nossas metas estabelecidas, mas também construiremos uma instituição mais resiliente e alinhada com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Contamos com a colaboração de cada um de vocês para tornar o PLS uma realidade tangível em nosso cotidiano. A efetivação das ações propostas não apenas nos fortalece como instituição, mas também nos posiciona como agentes ativos na construção de um futuro mais sustentável.

**Ana Flávia Magalhães Pinto**  
Diretora-Geral



É com entusiasmo e compromisso com a sustentabilidade que nos dirigimos a vocês para reforçar a grande importância do nosso Plano de Logística Sustentável (PLS). O PLS não é apenas um conjunto de diretrizes; é um compromisso estratégico que reflete nosso comprometimento com práticas ambientalmente responsáveis e eficiência operacional.

Cada ação delineada no PLS contribuirá diretamente para a redução do impacto ambiental de nossas operações, promovendo a conscientização ecológica em nosso ambiente de trabalho. A economia de recursos, a gestão eficiente de resíduos e a promoção de práticas sustentáveis não apenas fortalecem nossa responsabilidade social, mas também geram benefícios tangíveis para o Arquivo Nacional.

Agradecemos desde já pelo comprometimento de todos nesta jornada rumo a práticas mais ecológicas e eficientes. Juntos, podemos fazer a diferença.

**Gecilda Esteves Silva**  
Diretora-Geral Adjunta

## APRESENTAÇÃO

A origem da expressão sustentável, no entanto, vem do alemão “nachhaltend” ou “nachhaltig” (longevidade), a palavra foi registrada em 1713, no livro Lyra, de Carlowitz, em francês durabilité (durável) e em holandês duurzaamheid e duurzaam (sustentável) (HOFER, 2009). De acordo com Feil e Schreiber (2017), o termo reflete uma “solução à escassez de recursos naturais desde a antiguidade, consolidando-se ao longo do tempo na cultura humana, em busca da utilização desses recursos de forma contínua e perpétua”.

O uso do termo, por sua vez, foi adotado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro e conhecida como Eco 92, na qual foi elaborada a Agenda 21. Os eventos seguintes, Rio+20, 21ª Conferência das Partes (COP 21) e 11ª Reunião das Partes no Protocolo de Quioto (MOP-11), de relevância mundial, continuam a debater ações conjuntas que mobilizaram ações coletivas para o enfrentamento dos problemas socioambientais, como destaca a linha do tempo dos marcos da sustentabilidade apresentada a seguir:

1972. Conferência Estocolmo. Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

1987. Relatório Brundtland. Adoção do conceito de Desenvolvimento Sustentável aplicado no relatório “Nosso Futuro Comum”.

1992. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e abertura de dois tratados multilaterais para assinatura: da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima e da Convenção sobre Diversidade Biológica, Conferência conhecida como Eco- 92.

2002. Conferência de Joanesburgo, conhecida como Rio+10. Terceira grande Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente marcada pela avaliação da aplicação da Agenda 213 e pela adoção de medidas já negociadas em Conferências anteriores.

2009. A Conferência sobre Mudança do Clima de Copenhague (COP15) destacou a necessidade de medidas para evitar o aquecimento global e as mudanças climáticas.

2015. A Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável conduz à adoção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como parte de uma nova agenda global de desenvolvimento sustentável. O documento “Transformando Nosso Mundo” foi apresentado como resultado do processo inclusivo de negociações com governos, entidades sociais e empresas com a finalidade de promover universalmente o desenvolvimento social, a proteção ambiental e a prosperidade econômica.

2019. A Assembleia Geral das Nações Unidas declara 2021-2030 como a Década das Nações Unidas da Restauração de Ecossistemas.

2021. COP 26. Chamamento para acelerar a ação em direção aos objetivos do Acordo de Paris e da Convenção -Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

No âmbito do setor público, a sustentabilidade é entendida como princípio orientador da atuação estatal, em sua esfera preventiva e como provedora de serviços públicos e tem conduzido as organizações à incorporação de iniciativas que determinam um novo modo de agir das instituições.

A sustentabilidade tem sido implementada visando à atuação do Estado como indutor de desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e de práticas de racionalização no uso de materiais e serviços que dizem respeito à eficiência do gasto público e à primazia na gestão de processos.

Cabe recordar que, de forma convergente, incumbe à Administração Pública o princípio da eficiência previsto no Art. 37, caput, da Constituição Federal – como princípio orientador da ação administrativa e normativamente exigível do agir estatal.

No Brasil, no tocante aos aspectos legislativos, apenas em tempo recente o debate sobre a sustentabilidade foi introduzido na gestão pública. De acordo com Villac (2021), a internalização da Agenda 21 e o Programa Ambiental na Administração Pública (A3P) marcaram o início voluntário desse processo.

Em consonância com a A3P, o Plano de Logística Sustentável (PLS) se tornou o instrumento de referência cuja função precípua se relaciona à consecução dos ideais de sustentabilidade, a partir da definição de ações e estratégias que contribuem com princípio da eficiência na administração pública.

O PLS, por sua vez, converge para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) previstos na Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas, especialmente no que se refere ao consumo e à produção responsáveis, no caso, o uso eficiente dos recursos naturais e o papel das instituições públicas na forma de agir em suas múltiplas dimensões de atuação.

O PLS é instrumento de planejamento que visa a “regulamentação e acompanhamento das iniciativas de sustentabilidade socioeconômica e relativas ao meio ambiente por meio de um diagnóstico organizacional e da previsão de um cenário futuro com melhorias contínuas para a organização”.

A sustentabilidade é um dos instrumentos que compõem a Portaria SEGES/ME Nº 8.678, de 19 de julho de 2021, de que trata da governança das contratações públicas, aqui, na figura do Plano Diretor de Logística Sustentável. Ele estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios e a práticas de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

Da aludida Portaria, trazemos:

(...)

*Art. 7º Os órgãos e as entidades devem elaborar e implementar seu Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS, de acordo com modelo de referência definido em ato da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.*

## **Plano de Logística Sustentável – Arquivo Nacional 2024-2025**

*Parágrafo único. Os critérios e práticas definidos pelo PLS deverão ser considerados para fins de definição:*

- I - da especificação do objeto a ser contratado;*
- II - das obrigações da contratada; ou*
- III - de requisito previsto em lei especial, de acordo com o disposto no inciso IV do caput do art. 67 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.*

*Art. 8º Os PLS devem conter, no mínimo:*

*I - diretrizes para a gestão estratégica das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade;*

*II - metodologia para aferição de custos indiretos, que poderão ser considerados na escolha da opção mais vantajosa à Administração relacionados às despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação, tratamento de resíduos sólidos e impacto ambiental, entre outros fatores vinculados ao ciclo de vida do objeto contratado;*

*III - ações voltadas para:*

- a) promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços;*
- b) racionalização da ocupação dos espaços físicos;*
- c) identificação dos objetos de menor impacto ambiental;*
- d) fomento à inovação no mercado;*
- e) inclusão dos negócios de impacto nas contratações públicas; e*
- f) divulgação, conscientização e capacitação acerca da logística sustentável;*

*IV - responsabilidades dos atores envolvidos na elaboração, na execução, no monitoramento e na avaliação do PLS; e*

*V - metodologia para implementação, monitoramento e avaliação do PLS.*

*§ 1º O PLS deverá nortear a elaboração:*

- I - do Plano de Contratações Anual;*
- II - dos estudos técnicos preliminares; e*
- III - dos anteprojetos, dos projetos básicos ou dos termos de referência de cada contratação.*

*§ 2º Os objetivos dispostos no art. 3º deverão, sempre que possível, ser desdobrados em indicadores e metas, e monitorados pelo PLS.*

*§ 3º O PLS será publicado no sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade.*

*Art. 9º O PLS deverá estar vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, ou instrumento equivalente, e ao plano plurianual."*

De forma complementar, a evidência desse movimento de inovação do PLS, temos o Decreto Presidencial nº 10.024/2019, que vincula o plano de logística sustentável ao pregão eletrônico. Igualmente, dá-se destaque, na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), a convergência de oportunidade e a evolução dos marcos normativos que exerce influência sobre a temática do Plano de Logística Sustentável.

Na esteira do Acórdão nº 600/2019 - Plenário, temos que os "Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) devem estar previstos no planejamento estratégico de cada órgão e entidade da APF", bem como o Acórdão nº 3254/2021 - Plenário - Monitoramento do Acórdão 1.056/2017- TCU-Plenário, no âmbito do TC 006.615/2016-3, que apreciou a



auditoria operacional sobre a sustentabilidade na administração pública federal, com as alterações propostas pelo Acórdão 600/2019-TCU-Plenário.

Fica clarificada a importância deste instrumento em função de seu alinhamento com todas as compras e aquisições deste Arquivo Nacional. O PLS é a pedra fundamental das compras vindouras de forma que atendamos as necessidades da Administração da forma mais efetiva possível.

O Plano de Logística Sustentável do Arquivo Nacional (PLS) tem como objetivo central integrar práticas sustentáveis nas operações logísticas, visando a redução do impacto ambiental e a otimização do uso de recursos. Busca-se, assim, alinhar o atendimento das demandas com princípios de responsabilidade ambiental, social e econômica.

A abrangência do PLS envolve todas as etapas da cadeia logística. Desde a aquisição de insumos, serviços e matérias-primas até a qualidade de vida dos servidores. O PLS visa identificar oportunidades de melhorias sustentáveis. Isso inclui a gestão eficiente de transporte, uso responsável de copos de plásticos, impressão de papel, redução de resíduos e a promoção de práticas éticas ao longo da cadeia de suprimentos.

O primeiro PLS do Arquivo Nacional terá vigência de 2 anos. Durante esse intervalo, metas específicas serão implementadas para promover a sustentabilidade. O prazo estabelecido permitirá uma avaliação periódica das ações e ajustes conforme necessários, elevando a maturidade institucional e levando em consideração mudanças nas tecnologias, regulamentações ambientais e metas organizacionais.

A revisão do PLS é uma parte crucial do processo, permitindo uma avaliação sistemática do progresso em direção às metas estabelecidas. Esse processo ocorrerá entre os meses de janeiro e fevereiro de 2026. Durante a revisão, será possível identificar sucessos, desafios e oportunidades de melhoria. A flexibilidade do PLS permitirá que o Arquivo Nacional adapte suas práticas sustentáveis de acordo com as mudanças no cenário operacional e nas demandas da sociedade.

A implementação do PLS envolverá a introdução de tecnologias mais eficientes em termos energéticos, o descarte consciente de produtos e a conscientização dos colaboradores sobre práticas sustentáveis. Além disso, o PLS pode incluir a definição de indicadores-chave de desempenho (KPIs) para monitorar e relatar o progresso em relação às metas estabelecidas.

Em virtude da resposta eficaz a toda exigência sobre a matéria, a Alta Administração acatou a proposição da Coordenação de Licitações, Contratos e Congêneres (COLIC) e efetivou a publicação da Portaria AN Nº 134, DE 26 de dezembro de 2023 visando a composição do comitê gestor.

Além de ser um grande prazer tratar do nosso futuro e daqueles que ainda estão por vir, implementando de forma eficaz do PLS, gerando benefícios significativos, teremos como meta o fortalecimento da imagem do Arquivo Nacional e a contribuição para a preservação do meio ambiente.

**Cristiano Cabral de Oliveira**  
Coordenador Técnico - Comitê Gestor do PLS

## INTRODUÇÃO

O alinhamento estratégico entre o PLS e as estratégias do Arquivo Nacional envolve uma análise profunda das metas e visões institucionais. Se a estratégia global prioriza a preservação do patrimônio arquivístico e cultural, o PLS pode ser moldado para incorporar práticas logísticas que minimizem a pegada ambiental da instituição. Isso pode envolver a escolha de fornecedores sustentáveis e o estabelecimento de parcerias estratégicas alinhadas com os valores culturais da instituição.

Do mesmo modo, as políticas institucionais exigem não apenas a conformidade com regulamentações, mas também a incorporação de valores éticos e ambientais nas operações logísticas. Isso pode incluir a adesão a certificações ambientais, o estabelecimento de códigos de conduta sustentáveis para fornecedores e a integração de métricas de sustentabilidade nos relatórios institucionais. O PLS, ao refletir essas políticas, torna-se uma extensão tangível dos compromissos éticos e ambientais do Arquivo Nacional.

A implementação de sistemas robustos de monitoramento e avaliação requer a definição clara de indicadores de desempenho alinhados às diretrizes estratégicas do Arquivo Nacional. A análise contínua do progresso do PLS em relação a esses indicadores permite não apenas a identificação de áreas de sucesso e desafios, mas também a adaptação dinâmica do plano para otimizar seu impacto. Esses sistemas devem ser ágeis o suficiente para refletir as mudanças nos objetivos institucionais e nas condições do ambiente externo.

A comunicação sobre o PLS não deve ser apenas informativa, mas também integrativa. O alinhamento entre as práticas logísticas sustentáveis e a missão do Arquivo Nacional deve ser claramente comunicado, envolvendo e mobilizando os colaboradores internos. Externamente, a comunicação transparente reforça o compromisso da instituição com a sustentabilidade, construindo uma reputação sólida e inspirando confiança entre os stakeholders.

O processo de alinhamento não termina na implementação inicial do PLS. Pelo contrário, exige uma integração contínua com as mudanças nas estratégias, políticas e prioridades do Arquivo Nacional. Isso pode envolver atualizações regulares do PLS, ajustes conforme novas tecnologias emergem e a adaptação a mudanças nas expectativas da sociedade em relação à sustentabilidade.

Em síntese, a integração estratégica do Plano de Logística Sustentável com as estratégias, políticas e instrumentos de planejamento do Arquivo Nacional não é apenas um processo de conformidade, mas uma oportunidade para criar uma cultura organizacional coesa e dinâmica, alinhada com os mais elevados padrões éticos e sustentáveis.

## DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

A gestão estratégica das contratações e da logística no Arquivo Nacional é fundamental para o cumprimento eficiente da missão da instituição. As diretrizes estabelecidas pela alta gestão refletem o compromisso com a eficiência operacional, a sustentabilidade e a preservação do patrimônio arquivístico e cultural.

As contratações e a logística devem ser estrategicamente alinhadas às diretrizes e objetivos estratégicos do Arquivo Nacional, garantindo que todas as atividades contribuam para a realização da missão da instituição.

A gestão estratégica deve priorizar práticas sustentáveis em todas as etapas da cadeia logística, desde a seleção de fornecedores até o descarte, evitando-se, sempre que possível a geração de resíduos. Contratações devem ser orientadas por critérios ambientais, promovendo a eficiência energética, redução de emissões e uso responsável de recursos.

As contratações devem ser conduzidas de maneira eficiente, garantindo a otimização dos recursos financeiros e humanos. A logística deve ser projetada para minimizar custos, melhorar a eficiência dos processos e garantir a prontidão na entrega de serviços e preservação de acervos.

Todos os processos de contratação e logística devem ser conduzidos com transparência, seguindo padrões éticos e princípios de integridade. A conformidade com regulamentações legais e normativas é fundamental, garantindo a reputação e credibilidade da instituição.

Investir no desenvolvimento da equipe é uma prioridade. Capacitar os profissionais envolvidos em contratações e logística promove um ambiente de trabalho qualificado, assegurando a aplicação das melhores práticas e a adaptação às mudanças nas demandas operacionais.

A Alta Administração enfatiza a importância da gestão proativa de riscos. Isso inclui a identificação, avaliação e mitigação de potenciais ameaças à continuidade operacional, permitindo uma resposta ágil a eventos adversos, aumentando a probabilidade de atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

Mecanismos de avaliação contínua são implementados para monitorar o desempenho das contratações e operações logísticas. A alta gestão incentiva uma cultura de aprendizado e melhoria contínua, utilizando dados e feedback para ajustar estratégias conforme necessário.

## Plano de Logística Sustentável – Arquivo Nacional 2024-2025

Para definição dos trabalhos, foi criado o seguinte cronograma de trabalho:

		O QUE?	QUEM	COMO	DATA
<b>PREPARAÇÃO</b>		Formalização da equipe responsável	Diretora-Geral	Publicação de Portaria	29/12/2024
		Definição dos Princípios e Diretrizes (PDs) para Gestão Estratégica das Contratações e da Logística	Comissão Gestora do PLS + Diretoria de Gestão Interna (DGI)	Aplicação de formulário à Comissão Gestora para verificar a pertinência dos PDs	29/12/2023 a 02/01/2024
		Análise dos Dados	Coordenador da Comissão Gestora do PLS + DGI	Análise dos dados do formulário e alinhamento para definição do cronograma	3/1/2024
		Definição do cronograma de trabalho	Comissão Gestora do PLS	Indicação das tarefas com os respectivos responsáveis e prazos de execução, considerando as etapas descritas na fase de elaboração.	04/01/2024 a 05/01/2024
<b>ELABORAÇÃO</b>	<b>INVESTIGAÇÃO E DIAGNÓSTICO</b>	Diagnóstico / Matriz	Comissão Gestora do PLS	A Comissão solicitará auxílio das áreas operacionais que detenham a fonte do dado	08/01/2024 a 19/01/2024
		Lançamento da Pesquisa Interna do PLS	Servidores realizam. Não obrigatório a todos	Formulário online e envio de e-mail	15/01/2024 a 19/01/2024
		Avaliação dos instrumentos de Gestão	Comissão Gestora do PLS	A Comissão poderá solicitar auxílio das áreas operacionais que detenham a fonte do dado	18/01/2024 a 19/01/2024
		Análise da Pesquisa Interna do PLS	Comissão Gestora do PLS	Análise dos dados do formulário	22/01/2024
		Elaboração da lista de problemas por eixo	Comissão Gestora do PLS	Elaboração da lista por ordem de prioridade em cada eixo	23/01/2024 a 26/01/2024
	<b>PROPOSIÇÃO</b>	Proposição de objetivos, metas e indicadores	Comissão Gestora do PLS	Elaboração dos Objetivos, Metas, Indicadores	29/01/2024 a 01/02/2024
		Avaliar a consistência e compatibilidade com recursos	Comissão Gestora do PLS	Traçar objetivos e ações para o enfrentamento das problemáticas, organizando-os por eixos temáticos. Cada objetivo deve prever: meta; ações, indicadores de desempenho; responsáveis, riscos e recursos	02/02/2024 a 07/02/2024
	<b>VALIDAÇÃO FINAL E PUBLICAÇÃO</b>	Revisão da proposta	Coordenador da Comissão Gestora do PLS + DGI	Prévia apresentação e alinhamento com a DGI sobre a proposta	22/02/2024
		Apresentar a proposta à Alta Administração	DGI para Diretoria-Geral	Diretora de Gestão Interna encaminha a Proposta do PLS à Diretora-Geral para aprovação	23/02/2024
		Aprovação da proposta	DG para DGI	Aprovação do PLS-AN	26/02/2024
		Divulgação no sítio do AN	Coordenador da Comissão Gestora do PLS	inserção do documento no plone do Arquivo Nacional, em seção específica	29/02/2024
	<b>EXECUÇÃO</b>	Implementação do PLS	Áreas diretamente responsáveis pelas ações	Gerenciando cada ação como um projeto direcionado ao atingimento das metas.	11/03/2024
		Monitoramento do PLS	Comissão Gestora do PLS	Solicitar às áreas os dados para medição dos indicadores de desempenho de cada ação.	14/03/2024
Criar painel de controle informatizado.				14/03/2024 a 19/04/2024	
<b>AVALIAÇÃO</b>	Avaliação 01/03	Comissão Gestora do PLS + DGI	1ª avaliação parcial para identificar desvios	20/08/2024	
	Avaliação 02/03	Comissão Gestora do PLS + DGI	2ª avaliação parcial para identificar desvios	20/02/2025	
	Avaliação 03/03	Comissão Gestora do PLS + DGI	3ª avaliação parcial para identificar desvios	14/08/2025	
	Revisão do PLS	Comissão Gestora do PLS + DGI	Revisão do Plano com relatório final de resultados de 2024 e 2025. Novo ciclo de PLS 2026-2028	12/01/2026 a 27/02/2026	

## Plano de Logística Sustentável – Arquivo Nacional 2024-2025

O processo inicial consistiu na elaboração dos princípios e diretrizes que orientariam a gestão estratégica das contratações e logística. Isso foi realizado por meio da aplicação de um formulário exclusivo destinado aos membros do Comitê Gestor. A abordagem visava identificar, com base na maturidade institucional, os princípios e diretrizes viáveis no contexto presente. De um total de 15 princípios foram eleitos 9, quais sejam:

ID	PRINCÍPIO/DIRETRIZ
PD01	Defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações
PD02	Incentivar compras públicas sustentáveis para aquisição de materiais e para contratações de serviços e de investimentos.
PD03	Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.
PD04	Observar o princípio do desenvolvimento nacional sustentável nas licitações e contratos.
PD05	Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável, por meio dos processos licitatórios
PD06	Considerar o ciclo de vida do objeto e os custos indiretos na avaliação da proposta mais vantajosa para administração
PD07	Exigir do licitante o cumprimento de reserva de cargos para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para menor aprendiz.
PD08	Prever, nos editais, a exigência de percentual mínimo de mão de obra responsável pela execução do objeto constituído por egressos do sistema prisional e por mulheres vítimas de violência doméstica.
PD15	Buscar a padronização e centralização de procedimentos, sempre que pertinente

Foi realizada, após, análise de existência/manutenção de 15 (quinze) Instrumentos de Gestão utilizados pelo Arquivo Nacional, cujo resultado segue abaixo:

ID	Instrumentos de Gestão	Já Teve?	Hoje
IG01	plano de contratações anual	Sim	Não
IG02	plano de centralização de contratações	Sim	Não
IG03	plano de desenvolvimento de pessoas	Sim	Sim
IG04	plano de obras	Não	Não
IG05	plano de gerenciamento de resíduos	Não	Não
IG06	pesquisas de satisfação dos usuários	Não	Sim
IG07	inventário de bens	Sim	Sim
IG08	relatório de risco do PCA	Não	Não
IG09	relatório de bens móveis sem uso	Sim	Sim
IG10	índice de ocupação dos espaços físicos	Não	Não
IG11	planilha de dimensionamento e programa de necessidades dos espaços físicos	Sim	Não
IG12	pesquisa interna sobre o PLS visando à capacitação, divulgação e conscientização	Não	Não
IG13	Instrumentos de Segurança da Informação	Sim	Sim
IG14	Plano de Estratégia	Sim	Sim
IG15	Plano de Gestão de Riscos	Sim	Sim

## METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO

O contexto institucional e das expectativas das partes interessadas permite a definição precisa de objetivos e metas do PLS. Esses devem não apenas refletir a sustentabilidade, mas também se integrar harmoniosamente aos objetivos gerais do Arquivo Nacional, abordando questões específicas, como redução de gases que intensificam o aquecimento global e otimização da gestão de resíduos.

A metodologia incluiu estratégias avançadas de engajamento, como cursos, fóruns online e consultas individuais. A diversidade de perspectivas é cuidadosamente considerada para garantir uma representação abrangente de todas as partes interessadas, promovendo uma participação ativa e inclusiva. Isso possibilitou uma compreensão holística dos processos logísticos e identificando oportunidades específicas para intervenções sustentáveis.

A avaliação de critérios de sustentabilidade transcende a conformidade regulatória. Utilizando métodos avançados de avaliação de ciclo de vida, análise de ecoeficiência e modelagem ambiental, a metodologia busca entender não apenas o impacto ambiental direto, mas também as inter-relações complexas entre diferentes práticas logísticas e seu efeito cumulativo.

O plano de ação foi desenvolvido de maneira dinâmica, integrando ferramentas avançadas de gestão de projetos. A metodologia utilizou modelos preditivos para simular diferentes cenários e otimizar a alocação de recursos, levando em consideração variáveis dinâmicas que podem influenciar a implementação do PLS ao longo do tempo.

A avaliação contínua envolve a aplicação de métricas avançadas, como análise de regressão e modelagem estatística para avaliar a eficácia das práticas sustentáveis implementadas. A revisão do PLS será conduzida com base em dados, permitindo ajustes para maximizar o impacto sustentável.

Ao aprofundar a metodologia, o processo de elaboração do Plano de Logística Sustentável no Arquivo Nacional não é apenas um exercício de conformidade, mas uma busca ativa por excelência, inovação e sustentabilidade, utilizando as mais recentes ferramentas e abordagens disponíveis no campo da gestão logística e sustentabilidade.

## METODOLOGIA DE AFERIÇÃO DOS CUSTOS INDIRETOS

A aferição dos custos indiretos referentes ao ciclo de vida dos produtos e serviços licitados é uma etapa essencial para uma análise abrangente e precisa dos custos totais associados às aquisições públicas. Para realizar essa tarefa de forma eficaz, são necessários métodos e ferramentas específicos que levem em consideração não apenas os custos diretos, mas também os custos indiretos ao longo de todo o ciclo de vida dos produtos e serviços.

Um método comumente utilizado para aferir os custos indiretos do ciclo de vida é a Análise do Ciclo de Vida (ACV). A ACV é uma abordagem sistemática que avalia os impactos ambientais e os custos associados a um produto ou serviço ao longo de todas as etapas do seu ciclo de vida, desde a extração de matérias-primas, produção, distribuição, uso e disposição final.

Para aplicar a ACV, são utilizadas várias ferramentas e técnicas, tais como:

1. **Levantamento de Dados:** Coleta de informações sobre os processos envolvidos em cada etapa do ciclo de vida, incluindo consumo de energia, emissões de gases de efeito estufa, uso de recursos naturais, entre outros.
2. **Análise de Inventário de Ciclo de Vida (ICV):** Esta etapa envolve a quantificação e categorização dos *inputs* e *outputs* de cada fase do ciclo de vida do produto ou serviço, fornecendo uma visão abrangente dos impactos ambientais e custos associados.
3. **Avaliação de Impacto do Ciclo de Vida (AICV):** Nesta fase, os dados do ICV são utilizados para avaliar os impactos ambientais e custos associados a cada etapa do ciclo de vida, utilizando métodos e modelos específicos.
4. **Interpretação dos Resultados:** Os resultados da ACV são interpretados para identificar as principais fontes de impacto ambiental e custos ao longo do ciclo de vida, permitindo a identificação de oportunidades de melhoria e otimização.

Além da ACV, outras ferramentas e métodos podem ser utilizados para aferir os custos indiretos do ciclo de vida, como a Avaliação de Custo do Ciclo de Vida (ACCV), que se concentra especificamente nos custos financeiros associados a cada etapa do ciclo de vida dos contratos continuados do Arquivo Nacional.

## DIAGNÓSTICO ATUAL

O mapeamento do estado atual de logística e contratações foi uma etapa fundamental para obter insights valiosos e informação detalhada sobre a situação atual, proporcionando uma base sólida para o desenvolvimento do Plano de Logística Sustentável (PLS). Esse processo permitiu uma análise abrangente das práticas logísticas e das contratações realizadas pela instituição, identificando áreas de oportunidade e pontos de melhoria para promover a sustentabilidade.

É importante destacar que o contexto da pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo nas operações logísticas e nas contratações da instituição. A restrição de atividades, as medidas de distanciamento social e as mudanças nos padrões de consumo resultaram em uma considerável redução na utilização de recursos durante o ano de 2021. Isso incluiu uma diminuição na demanda por serviços logísticos, bem como uma redução nas contratações e na atividade econômica como um todo.

É crucial reconhecer que essa redução de atividade pode ter mascarado o verdadeiro uso de recursos e a pegada ambiental da instituição durante o período afetado pela pandemia. Embora a diminuição no consumo possa inicialmente parecer positiva em termos de sustentabilidade, é importante considerar o contexto mais amplo e avaliar o impacto a longo prazo das mudanças temporárias nas práticas operacionais.

Portanto, ao fomentar o Plano de Logística Sustentável, é essencial considerar não apenas o estado atual das operações, mas também o impacto da pandemia e as possíveis distorções nos dados resultantes desse contexto. Isso requer uma abordagem cuidadosa na análise das informações coletadas durante o mapeamento e uma consideração adequada das tendências e padrões emergentes, a fim de desenvolver estratégias sustentáveis eficazes e adaptáveis às condições em constante mudança.

O processo de diagnóstico abrangeu uma análise detalhada dos seguintes âmbitos organizacionais: Engenharia, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), Serviços, Aquisições, Mão de Obra e Locação de Imóveis. Os resultados obtidos forneceram insights valiosos sobre cada um desses domínios, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas e desafios associados a cada área.

O QUE COMPRAMOS?	Engenharia	TIC	Serviços	Compras	Mão de Obra
Levantamento dos bens, serviços e obras contratados.	Manutenção predial preventiva e corretiva do Arquivo Nacional	Licenças de softwares, Soluções de TIC e congêneres	Eventos, Passagens Aéreas, Recolhimento de Resíduos Sólidos, Manutenção de Equipamentos, Locação de Veículos Elétricos, Traslado de Encomendas, Capacitação, Fornecimento de Água, Energia Elétrica e Gás	Aquisição de Material de Consumo necessário ao funcionamento do órgão e atendimentos às demandas específicas das áreas finalísticas	Serviços de Limpeza, Copeiragem, Recepção, Manutenção Predial e Brigada de Incêndio para a sede e Superintendência Regional no DF



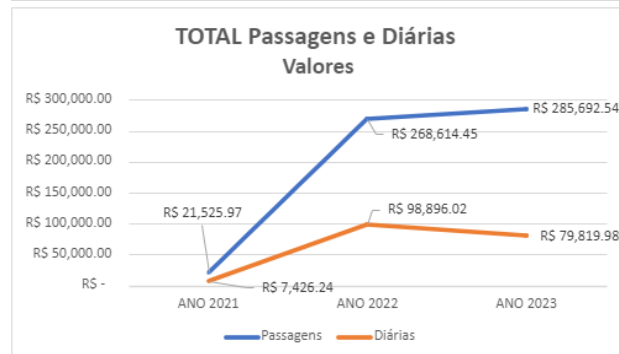
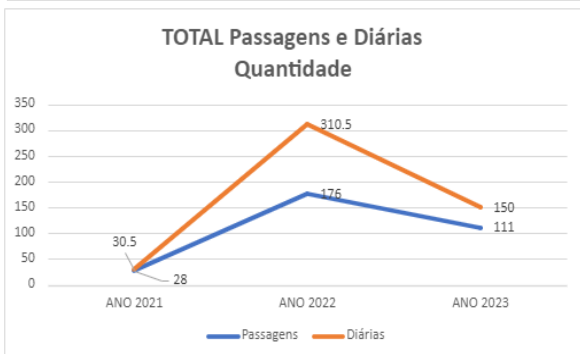
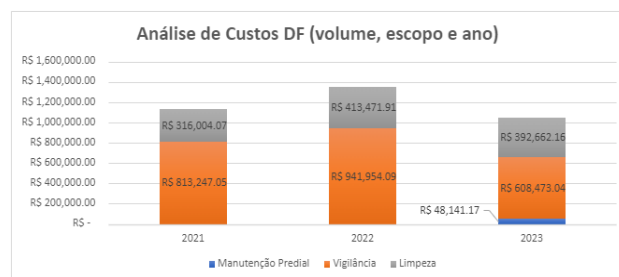
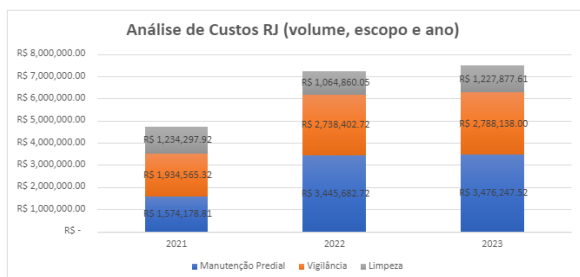
## Plano de Logística Sustentável – Arquivo Nacional 2024-2025

POR QUANTO COMPRAMOS?	Engenharia	TIC	Serviços	Compras	Mão de Obra
Gastos por categorias de objetos	R\$ 18,899,574.84	R\$ 2,180,034.50	R\$ 10,085,105.09	R\$ 439,056.70	R\$ 15,505,307.31
Gasto Absoluto com critérios e práticas de sustentabilidade	R\$ 18,899,574.84	R\$ 1,971,534.50	R\$ 3,387,555.54	R\$ 439,056.70	R\$ 15,505,307.31
Gasto (%) processos de compras com critérios e práticas de sustentabilidade	100%	90.44%	33.59%	100.00%	100.00%
QUEM COMPRA?	Engenharia	TIC	Serviços	Compras	Mão de Obra
Verificar a existência de uma unidade central	Central de Compras - MGI	Não há	Não há	Não há	Não há
Identificar o nível de atendimento aos parâmetros de redução do quantitativo de UASG	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Plano de Centralização de Contratações Públicas	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
O QUANTO COMPRAMOS?	Engenharia	TIC	Serviços	Compras	Mão de Obra
Volume de compras realizadas	1	13	36	20	7
COMO COMPRAMOS?	Engenharia	TIC	Serviços	Compras	Mão de Obra
Existência de política ou de um quadro estratégico de compra centralizada ou compartilhada	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Modalidades de licitação mais empregadas, número de processos por SRP, diretas, suprimento de fundos etc.	Pregão Eletrônico	SRP (06), Pregões Eletrônicos (03), Pregões Eletrônicos por SRP (02), Dispensas de Licitação (02)	Inexigibilidade de Licitação (25), Dispensa de Licitação (09), Pregões Eletrônicos (02)		

## Plano de Logística Sustentável – Arquivo Nacional 2024-2025

DE QUEM SE COMPRA?	Engenharia	TIC	Serviços	Compras	Mão de Obra
Perfil dos fornecedores	Não se aplica	03 fornecedores ME/EPP, titularizados por mulher (33,33%) de contratações resultante de Licitação	01 empresa titularizada por mulher entre os fornecedores selecionados através de licitações (33,33%)	07 fornecedores enquadrados como ME/EPP de contratação resultante de Pregão Eletrônico (100%)	02 empresas titularizadas por mulheres de contratações resultantes de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico (28,57%) e 01 fornecedor na ME/EPP (14,28%)
Identificar se os fornecedores com maior volume de recursos em contratações possuem política de sustentabilidade, certificações legais e voluntárias.	Não se aplica	Uma empresa é certificada como GPTW (Great Place to Work), reconhecimento significativo para organizações que priorizam uma cultura positiva, valorizando os colaboradores e cultivando um ambiente de trabalho saudável e produtivo	As operadoras de serviços de fornecimento de energia elétrica, água e esgoto e gás possuem diversos projetos de sustentabilidade ambiental e social por meio de projetos sociais que contribuam para o desenvolvimento socioambiental por meio de seleção pública, desenvolvem e participam de projetos de eficiência energética por meio de ações divulgadas em seus sites.		

Solicitamos às respectivas áreas a contribuição de dados para alimentar a Matriz de Dados, com o objetivo de avaliar as tendências e realizar análises do comportamento do Arquivo Nacional em relação às contratações. Seguem os gráficos utilizados como referência para a elaboração dos indicadores e as análises de risco:



## Plano de Logística Sustentável – Arquivo Nacional 2024-2025

O subsequente procedimento envolveu a determinação dos critérios de sustentabilidade mediante a análise dos Estudos Técnicos Preliminares e dos Termos de Referência, em consulta às áreas de Administração Interna, Engenharia, TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) e SUREG (Superintendência Regional).

Critérios de Sustentabilidade	Administração Interna	Engenharia	TIC	SUREG
baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água (p. ex. materiais reciclados, recicláveis, biodegradáveis, atóxicos, dentre outros);	Sim	sim	sim	Sim
adoção de tecnologias e práticas, pelos fornecedores, que reduzam as emissões de gases de efeito estufa ou, ainda, que realizem a devida compensação das suas emissões;	Sim	não	sim	Sim
certificação “carbono neutro”;	não	não	não	não
requisitos para que os fornecedores utilizem fontes de energia renovável em suas operações ou ofereçam produtos e serviços que promovam a geração/ uso dessas energias;	Sim	não	não se aplica	Sim
preferência por veículos que utilizam combustíveis renováveis (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade etc.);	Sim	sim	não se aplica	Sim
preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local (p. ex. aquisição de alimentos da agricultura familiar e orgânica ou provenientes de comércio justo, com selos/certificações quando aplicável ou possível);	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica
preferência para empresas que promovam ações de equidade e inclusão;	Sim	sim	sim	Sim
maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia (p. ex. utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais: etiqueta ENCE classe “A” ou Procel “A”, energia solar e outras energias limpas, dentre outros);	Sim	sim	não se aplica	Sim
aproveitamento da água da chuva e sistema de reuso de água e tratamento de efluentes;	Sim	sim	não se aplica	Sim
maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;	Sim	não	não se aplica	Sim
maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;	Sim	sim	sim	Sim
preferência por projetos de construções que consideram critérios como eficiência energética, uso de materiais sustentáveis, gestão de resíduos, qualidade do ambiente interno e acessibilidade;	Sim	não se aplica	sim	Sim
uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais, a exemplo de modelos de negócio que apliquem princípios de economia circular;	Sim	sim	sim	Sim
origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras (produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento com comprovação de origem);	Sim	sim	não	Sim
exigência de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP);	não se aplica	sim	não	não se aplica
bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS - bens de informática e automação;	Sim	sim	sim	Sim
promoção de compras compartilhadas com outros órgãos/entidades;	Sim	sim	sim	Sim

## Plano de Logística Sustentável – Arquivo Nacional 2024-2025

utilização do desenho universal na concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados nas obras e serviços de engenharia (acessibilidade);	Sim	não se aplica	não se aplica	Sim
disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras e serviços contratados;	Sim	sim	sim	Sim
previsão de logística reversa de agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista, e produtos eletroeletrônicos e seus componentes, além de embalagens plásticas, metálicas ou de vidro;	Sim	sim	sim	Sim
previsão de coleta seletiva em contratos de limpeza e conservação;	Sim	sim	não se aplica	Sim
proibição de participação, em licitação ou execução de contrato, de pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;	Sim	sim	sim	Sim
declaração do licitante, na fase de habilitação das licitações, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, e para aprendiz;	Sim	sim	não se aplica	Sim
definição de percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação a mulheres vítimas de violência doméstica e oriundos ou egressos do sistema prisional;	Sim	não se aplica	não se aplica	Sim
tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte;	Sim	sim	sim	Sim

Com base em um amplo conjunto de informações e dados consolidados, adotamos uma abordagem estruturada que se fundamenta nos seis eixos temáticos a seguir, na esteira do Caderno Diretor de Logística Sustentável. Esses eixos servem como diretrizes estratégicas para a formulação do Plano de Ações e Metas, permitindo uma análise abrangente e a identificação de oportunidades de melhoria em cada área específica:

ID	Eixos Temáticos
ET01	SUSTENTABILIDADE E CONSUMO CONSCIENTE
ET02	RACIONALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS
ET03	IDENTIFICAÇÃO DOS OBJETOS DE MENOR IMPACTO AMBIENTAL
ET04	FOMENTO À INOVAÇÃO NO MERCADO
ET05	NEGÓCIOS DE IMPACTO NAS CONTRATAÇÕES
ET06	DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

## PLANO DE AÇÕES E METAS POR EIXO TEMÁTICO

EIXO TEMÁTICO	DIRETRIZ ESTRATÉGICA	OBJETIVO		META		AÇÃO		PRAZOS		Recursos Necessários	Riscos Envolvidos
		ID	Descrição	Descrição	Indicador	Descrição	Responsável	Inicial	Final		
SUSTENTABILIDADE E CONSUMO CONSCIENTE	Defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações	OB01	Reduzir o consumo de papel	Redução do consumo de papel em 10% até 2025 em função do PGD	Consumo de papel por funcionário por ano	Incentivar o uso de documentos digitais, impressão duplex, Reaproveitamento de papel para confecção rascunho, Instalação em todos os computadores de estilo de fonte de texto capaz de economizar tinta ou toner, Configuração das impressoras para padrão de impressão em modo econômico e preto e branco, reaproveitamento de papel alcalino como insumo para a Fábrica de Papel	COTIN DISPA	Mar-24	Nov-25	Educação e treinamento, Infraestrutura para reciclagem, implementação de políticas e monitoramento através de dashboards	Resistência à mudança, investimento inicial, Falta de conscientização.
		OB02	Reduzir o consumo de água	Diminuição do consumo de água envasada em galões de 20L em 5% até 2025 em função do PGD	Consumo médio de água por funcionário por mês	Conscientização e uso eficiente, inspeção e manutenção sobre vazamentos, reutilização de água das chuvas, reaproveitamento da água gerada pelos desumidificadores, Instalação de sensores e aeradores nas torneiras dos banheiros; características climáticas da região para a menor necessidade e frequência de regas, Escolha de vegetações conforme as características climáticas da região para menor necessidade e frequência de regas, Rotina de irrigação de jardins, estipulando períodos padronizados em cada época do ano	DISPA	Mar-24	Nov-25	Infraestrutura de captação e reutilização das águas, educação e conscientização, manutenção e infraestrutura, monitoramento através de dashboards	Resistência à mudança, restrições regulatórias, investimento inicial, Falta de conscientização.
		OB03	Reduzir o consumo de energia elétrica	Redução do consumo de energia elétrica em 2% até 2025	Valor faturado	Conscientização e educação, desligamento de equipamentos, Uso de Tecnologias eficientes, aproveitamento da luz natural, Implementação de projeto de geração de energia fotovoltaica, Estudo de viabilidade de uso da matriz de energia solar ou outra energia limpa, Substituição dos equipamentos eletrônicos por opções de melhor nível de eficiência energética (Procel A), Revisão das rotinas de trabalho das empresas terceirizadas prestadoras de serviço de limpeza com vistas orientar sobre uso racional de água, energia, produtos químicos etc.	DISPA DIENG	Mar-24	Nov-25	Tecnologia de eficiência energética, educação e conscientização, Mudanças de comportamento, investimento em energias renováveis	Resistência à mudança, impacto nas operações, interrupções de energia

## Plano de Logística Sustentável – Arquivo Nacional 2024-2025

		OB04	Reduzir o consumo de copos plásticos	Redução do uso de copos descartáveis em 15% até o final de 2025	Percentual de resíduos sólidos reciclados ou reaproveitados.	Conscientização e educação, incentivar o uso de copos de vidro, campanhas de incentivo pelo uso de copo de vidro ou caneca	DISPA DIENG	Mar-24	Nov-25	Educação e sensibilização, infraestrutura de abastecimento de água, logística de limpeza, campanhas de incentivo e uso de dashboards	Resistência à mudança, problemas de higiene, percepção de conveniência
	Prática de Resíduos Sólidos	OB05	Previsão, nos contratos terceirizados, de exigência de comprovação de destinação correta de resíduos sólidos	Indicar e sensibilizar as Áreas Demandantes a utilizarem a exigência, nos contratos terceirizados, de destinação correta dos resíduos sólidos	Aumento em 10% nos contratos	Implementação de Programa de Logística Reversa nas contratações (coleta, transporte, armazenamento, triagem, tratamento e destinação final de resíduos), observado o cumprimento da legislação vigente para cada tipo de produto, Instituição de Programa de Gestão de Resíduos Sólidos que contemplem a inclusão de catadores de resíduos recicláveis, Busca por inovações que reduzam a pressão sobre recursos, a exemplo de modelos de negócio que apliquem princípios de economia circular	DEMANDANTES DIGEC	Mai-24	Set-25	Capacidade dos prestadores de serviço, atualização de cláusulas contratuais, termos de referência e estudos técnicos, fiscalização técnica ativa, gerenciamento de resíduos	Custos adicionais, conformidade dos prestadores de serviço, complexidade da fiscalização, impacto na relação contratual
RACIONALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS	Defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações	OB06	Priorização do trabalho remoto, quando possível, e em conformidade com as normas	Incentivar servidores a utilizar o trabalho remoto, quando da natureza de suas entregas possibilitar	30% de servidores no final de 2024 45% servidores no final de 2025	Melhorar o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, menor tempo de deslocamento (melhor qualidade nas entregas), redução de emissão de carbono, ambiente de trabalho personalizado, redução de interrupções, redução de despesas do órgão, maior atratividade para servidores	DGI COGAD COTIN	Mai-24	Nov-25	Tecnologia de comunicação e colaboração, infraestrutura de TI, treinamento e capacitação, suporte técnico	Segurança da informação, desconexão da equipe, falta de supervisão da chefia, desequilíbrio entre trabalho e vida pessoal, adaptação
		OB07	Estudo de viabilidade sobre implementação de escritórios compartilhados (coworking)	Fomentar o uso da Sala 360 do Governo Federal no RJ e DF	Elevar em 10% o uso	O espaço fornece estrutura adequada para trabalho remoto para uso de servidores do Governo Federal	DGI	Mai-24	Set-25	Infraestrutura e instalações, Suporte Administrativo, agenda quando da marcação de reserva	Desafios operacionais, problemas de comunicação com setores não adaptados às melhores práticas e ferramentas
IDENTIFICAÇÃO DOS OBJETOS DE MENOR IMPACTO AMBIENTAL	Incentivar compras públicas sustentáveis para aquisição de materiais e para contratações de serviços e de investimentos.	OB08	Diminuição da pegada de carbono	Contratação de empresas, em caso de empate, certificadas em carbono neutro ou que adotem tecnologias que reduzam emissões de efeito estufa ou compensações das emissões a depender do escopo	Quantidade de empresas certificadas no carbono neutro/redução dos gases de efeito estufa ou sua compensação para contratos de recolhimento de lixo sólido e extraordinário	Informar às áreas demandantes a necessidade de apresentação de certificação e experiência (Atestado de Capacidade Técnica), quando pertinente à demanda	DIGEC	Mai-24	Set-25	Identificação de empresas certificadas e contratos que possuam escopo para este fim, avaliação de propostas	Disponibilidade de fornecedores, custos mais elevados, Risco de Greenwashing, resistência interna

## Plano de Logística Sustentável – Arquivo Nacional 2024-2025

	Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.	OB09	Diminuição da pegada de carbono	Redução do consumo de combustíveis fósseis em 40% até 2025 em função do desfazimento e manutenção dos veículos em funcionamento	Emissões de gases de efeito estufa relacionadas ao transporte e uso de energia	Desfazimento de veículos ou tratamento aos inservíveis, manutenção da frota ativa, promoção de transporte solidário e sustentável, Realização de inventário de emissões de CO2 para possibilitar a estruturação do plano de compensação ambiental com as respectivas medidas mitigatórias, priorizar o uso de tele/videoconferências a fim de reduzir o impacto ambiental e os gastos com deslocamentos e viagens	DISPA	Mar-24	Nov-25	Avaliação da frota de veículos, substituição dos antigos, manutenção preventiva, treinamento dos motoristas	Custos de substituição, resistência dos motoristas, impacto nas operações, complexidade burocrática na operação
	Considerar o ciclo de vida do objeto e os custos indiretos na avaliação da proposta mais vantajosa para administração	OB10	Utilização correta dos normativos sobre os produtos nos contratos administrativos	Elevar em 40% a utilização da cartilha de produtos de limpeza nos processos licitatórios	Todos os contratos que utilizem produtos potencialmente poluentes	Substituição ou, caso não seja possível, racionalização do consumo de materiais potencialmente poluentes, Previsão, nos contratos de compra de produtos ou subprodutos de madeira, de comprovação da origem regular da madeira (manejo florestal sustentável ou de reflorestamento), por meio de certificados ou selos de garantia de procedência, Produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, Escolha de objetos com maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra	DEMANDANTES DIGEC	Mar-24	Nov-25	Acesso a normativos, capacitação e treinamento, consultoria jurídica, análise de conformidade	Interpretação equivocada dos dados, mudança de normativos, responsabilidade contratual, complexidade da conformidade, disponibilidade de produtos
FOMENTO À INOVAÇÃO NO MERCADO	Observar o princípio do desenvolvimento nacional sustentável nas licitações e contratos.	OB11	C	Elevar a indicação no Plano de Contratações Anual sobre os itens com critérios de sustentabilidade	nº de ETP com critérios de Sustentabilidade robustos	Estimular práticas sustentáveis, redução de impacto ambiental, alinhamento com a missão do AN, eficiência operacional.	DEMANDANTES	Mar-24	Abr-24	Capacitação e conscientização, monitoramento e comunicação	Falta de conhecimento, disponibilidade de fornecedores, custos elevados, complexidade na implementação
	Buscar a padronização e centralização de procedimentos, sempre que pertinente	OB12	Diminuir o <i>Lead Time</i> dos processos licitatórios	Informar 100% das áreas demandantes sobre a necessidade de padronização e centralização de procedimentos	100% das áreas demandantes	Comunicar clara e diretamente, sensibilizar com materiais informativos	COLIC CGCOM	Abr-24	Mai-24	Automação de processos, padronização processual, celeridade nas entregas	Qualidade nas decisões, resistência interna, aumento de erros
NEGÓCIOS DE IMPACTO NAS CONTRATAÇÕES	Prever, nos editais, a exigência de percentual mínimo de mão de obra responsável pela execução do objeto constituído por egressos do sistema prisional e por	OB13	Todos os contratos DEMO devem cumprir os requisitos legais de contratação conforme Lei nº 14.133/2021	Elevar as contratações de serviços terceirizados passíveis de aplicação de cota para mulheres vítima de violência e egressos do sistema prisional e, nos demais casos, estimular a contratação de instituições que	100% das áreas demandantes	Comunicar clara e diretamente, sensibilizar com materiais informativos	DIGEC	Mai-24	Set-25	Identificação de empresas qualificadas, parcerias e network, treinamento e capacitação, monitoramento através de dashboard	Disponibilidade de fornecedores qualificados, resistência interna, custos adicionais, qualidade dos serviços

## Plano de Logística Sustentável – Arquivo Nacional 2024-2025

	mulheres vítimas de violência doméstica.		Todos os contratos DEMO devem cumprir os requisitos legais de contratação conforme Lei nº 14.133/2021	promovam ações de equidade e inclusão							
	Exigir do licitante o cumprimento de reserva de cargos para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para menor aprendiz.	OB14		Elevar as contratações com reserva de cargos para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para menor aprendiz.	100% das áreas demandantes	Comunicar clara e diretamente, sensibilizar com materiais informativos	DIGEC	Mai-24	Set-25	Políticas e diretrizes, capacitação e treinamento, monitoramento e fiscalização, sensibilização	Escassez de talentos, conformidade legal, resistência dos licitantes, complexidade na implementação, impactos nos prazos e custos
DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO	Implementar ações de conscientização, inclusão, solidariedade e capacitação ambiental entre os servidores	OB15	Implementar ações de sensibilização ambiental entre os funcionários.	Realização de 5 eventos de sensibilização ambiental até 2025	Percentual de participação dos funcionários em eventos de sensibilização ambiental	Campanhas temáticas, participação ativa, incentivos e reconhecimento	COGEP	Mar-24	Nov-25	Programas de educação ambiental, materiais educativos, palestras e workshops, engajamento dos líderes, feedback e avaliação	Falta de engajamento, resistência à mudança, custos financeiros, impacto limitado, incerteza da sustentabilidade a longo prazo
		OB16	Implementar ações de inclusão e solidariedade	Implementação de 2 ações de inclusão e solidariedade até 2025	Número de ações de inclusão e solidariedade realizadas por ano	Programas de voluntariado, incentivo à diversidade, parceria com organizações sociais, eventos e atividades de conscientização	COGEP	Mar-24	Nov-25	Políticas e diretrizes, capacitação e treinamento, programas de mentoria, campanhas de sensibilização, colaboração com ONGs	Resistência cultural, conflitos internos, complexidade na implementação, recursos financeiros, falta de sustentabilidade a longo prazo



## IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

### **Implementação do Plano de Logística Sustentável do Arquivo Nacional:**

A implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS) do Arquivo Nacional será conduzida em várias etapas estratégicas para garantir sua eficácia e integração adequada às operações existentes da instituição, da seguinte forma:

#### **Análise e Diagnóstico Inicial:**

- Realização de uma avaliação abrangente das práticas atuais de logística e sustentabilidade no Arquivo Nacional.
- Identificação de áreas de melhoria e oportunidades de otimização para reduzir o consumo de recursos, minimizar resíduos e mitigar impactos ambientais.

#### **Definição de Metas e Estratégias:**

- Estabelecimento de metas mensuráveis e alcançáveis em consonância com os objetivos de sustentabilidade da instituição.
- Desenvolvimento de estratégias específicas para alcançar as metas estabelecidas, incluindo a adoção de tecnologias verdes, a otimização de processos e a promoção de uma cultura organizacional sustentável.

#### **Implementação de Ações:**

- Alocação de recursos adequados para a implementação das estratégias definidas.
- Integração das ações do PLS aos processos operacionais existentes, garantindo sua aplicação eficaz em todas as áreas do Arquivo Nacional.
- Realização de treinamentos e capacitações para conscientizar e engajar os funcionários na adoção de práticas sustentáveis.

### **Monitoramento do Plano de Logística Sustentável:**

O monitoramento contínuo do PLS será essencial para avaliar seu progresso, identificar desvios e oportunidades de melhoria, e garantir a eficácia de suas medidas sustentáveis. Isso será realizado através de:

#### **Estabelecimento de Indicadores de Desempenho:**

- Definição de indicadores chave de desempenho (KPIs) relacionados ao consumo de recursos, emissões de carbono, eficiência energética, entre outros.

#### **Coleta de Dados:**

- Implementação de sistemas de coleta de dados automatizados e manuais para registrar informações relevantes sobre o desempenho sustentável.
- Os dados serão coletados regularmente e de forma sistemática, garantindo a disponibilidade de informações precisas e atualizadas para análise.

**Análise de Dados e Dashboard:**

- Utilização de um Dashboard de Sustentabilidade, uma ferramenta de visualização de dados que apresenta os indicadores de desempenho de forma clara e acessível.
- O Dashboard permitirá uma análise visual rápida e abrangente do progresso do PLS, facilitando a identificação de tendências, padrões e áreas de atenção.
- Análises mais aprofundadas serão conduzidas conforme necessário para compreender melhor os resultados e tomar decisões informadas.

**Avaliação e Ajustes do Plano de Logística Sustentável:**

A avaliação periódica do PLS será crucial para garantir sua eficácia contínua e alinhamento com os objetivos de sustentabilidade da instituição. Isso incluirá:

Avaliação de Impacto:

- Realização de avaliações regulares para medir o impacto das medidas sustentáveis implementadas pelo plano.
- Análise dos resultados em relação às metas estabelecidas e aos indicadores de desempenho para determinar o progresso alcançado.

Feedback e Melhorias Contínuas:

- Incorporação do feedback dos stakeholders, incluindo servidores e colaboradores para identificar áreas de melhoria e oportunidades de inovação.
- Realização de ajustes e atualizações no PLS com base nos resultados da avaliação e nas mudanças nas condições operacionais e ambientais.

## CONCLUSÃO

A avaliação contínua do Plano de Logística Sustentável (PLS) envolve a aplicação de métricas avançadas, incluindo análise de regressão e modelagem estatística, para quantificar e analisar a eficácia das práticas sustentáveis implementadas. Essas técnicas estatísticas permitem uma compreensão mais aprofundada das relações entre as variáveis envolvidas no contexto da sustentabilidade, permitindo uma avaliação mais precisa do impacto das ações adotadas.

A análise de regressão é utilizada para identificar e quantificar a relação entre uma variável dependente (por exemplo, consumo de recursos) e uma ou mais variáveis independentes (por exemplo, medidas de eficiência energética, gestão de resíduos). Isso permite determinar o quanto as mudanças em uma variável estão associadas a mudanças em outra, possibilitando avaliar o impacto das práticas sustentáveis implementadas.

Além disso, a modelagem estatística é empregada para desenvolver modelos que representam o comportamento do sistema em estudo, levando em consideração as interações entre diferentes variáveis e os efeitos de possíveis intervenções. Esses modelos são essenciais para prever o desempenho futuro do PLS e para avaliar os resultados esperados das estratégias propostas.

A revisão do PLS é conduzida com base em dados em tempo real, ou seja, informações atualizadas e em tempo real sobre o desempenho das práticas sustentáveis são coletadas e analisadas continuamente. Isso permite uma resposta rápida e ágil às mudanças nas condições operacionais e ambientais, garantindo que o plano seja adaptado de acordo com as necessidades e oportunidades identificadas.

Por meio dessas abordagens técnicas avançadas, o monitoramento e a avaliação contínuos do PLS são aprimorados, proporcionando insights valiosos para maximizar o impacto sustentável das iniciativas implementadas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2022/Decreto/D10936.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D10936.htm)> Acesso em 05 jan 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2012/11/Instru%C3%A7%C3%A3o-Normativa-10-2012.pdf>>. Acesso em 24 jan 2024.

BRASIL. Decreto no 10.779 de 25 de agosto de 2021. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/decreto/d10779.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10779.htm)>. Acesso em 24 jan 2024.

BRASIL. Instrução Normativa SLTI/MP no 10, de 12 de novembro de 2012. Disponível em: <<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoesnormativas/instrucao-normativa-no-10-de-12-de-novembro-de-2012>>. Acesso em 24 jan 2024